

**A LOGÍSTICA DO EXÉRCITO LIBERTADOR ATRAVÉS DA ATUAÇÃO  
POLÍTICA E MILITAR DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES (JOCA  
TAVARES) NO ESPAÇO FRONTEIRIÇO DURANTE A REVOLUÇÃO  
FEDERALISTA (1893-1895)**

**THE LOGISTICS OF THE LIBERATING FEDERALIST ARMY THROUGH THE  
POLITICAL AND MILITARY ATUATION OF GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA  
TAVARES (JOCA TAVARES) IN BORDER SPACE DURING THE FEDERALIST  
REVOLUTION (1893-1895)**

Gustavo Figueira Andrade \*

**Resumo:** Este estudo visa apresentar uma análise da organização da logística do Exército Libertador (Federalista) durante a Revolução Federalista (1893-1895) através da atuação política e militar do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares). Para tal procuraremos compreender a maneira como ele atua e maneja o espaço fronteiriço como elementos relevantes para a organização logística federalista durante a Guerra Civil, utilizando-nos por fontes as Cartas e Telégrafos enviados e recebidos entre Joca Tavares e as lideranças federalistas durante os anos de 1892 a 1895. Neste sentido, serão utilizados autores que pensam metodologicamente a questão da Fronteira como Susana Bleil de Souza (1993), Ana Luiza Reckziegel (1999), Maria Medianeira Padoin (1999), Arturo Tarracena Arriola (2008), Mariana Thompson Flores (2012) e Pablo Dobke (2015). Para pensar a relação entre o espaço, o sujeito e o espaço de experiência e horizonte de expectativa utilizaremos Reinhart Koselleck (2006; 2014). Por fim, para estudar sua atuação enquanto estancieiro num espaço fronteiriço e as estratégias sociais pensadas nesse espaço serão utilizados Jonas Vargas (2007; 2013) e Luis Augusto Farinatti (2009; 2010). Esta pesquisa foi desenvolvida com auxílio de Bolsa Capes DS.

**Palavras-chave:** Correspondências; Fronteira; Revolução Federalista; Relações de Poder.

**Abstract:** This study aims to present an analysis of the organization of the logistics of the Liberating Army (Federalist) during the Federalist Revolution (1893-1895) through the political and military performance of General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares). To this end, we will try to understand the way in which it operates and manages border space as relevant elements for the federalist logistic organization during the Civil War, using the letters and telegraphs sent and received between Joca Tavares and the federalist leaders during the years of 1892 to 1895. In this sense, will be used authors who think methodologically the question of the Border as Susana Bleil de Souza (1993), Ana Luiza Reckziegel (1999), Maria Medianeira Padoin (1999), Arturo Taracena Arriola (2008), Mariana Thompson Flores (2012) and Pablo Dobke (2015). In order to think about the relation between space, the subject and

---

\* Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas no ano de 2010. Atualmente é mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, desenvolvendo o projeto sob o título “A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares através das correspondências”, conta com a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Medianeira Padoin e com auxílio de bolsa CAPES/DS, concentrando as investigações na linha de pesquisa de Fronteira, Política e Sociedade. E-mail: figueirandrade@gmail.com

the space of experience and horizon of expectation, we will use Reinhart Koselleck (2006, 2014). Finally, to study his role as a stonemason in a border space and the social strategies devised in this space will be used Jonas Vargas (2007; 2013) and Luis Augusto Farinatti (2009; 2010). This study was funded with scholarship from CAPES/DS.

**Keywords:** Border; Correspondence; Federalist Revolution; Power Relations.

### **Considerações iniciais**

A partir da década de 1970, no que tange a proposição de renovações para a História Política, estavam a proposta de uma ampliação de seu conceito, defendendo que esta viesse a englobar “a história da intervenção consciente e voluntária dos homens em todos os domínios onde são resolvidos seus destinos” (JULLIARD, 1988, p. 183).

Na década de 1980, diante das constantes renovações propostas para se repensar o político, a História Política passa por uma renovação, procurando direcionar um enfoque diferente com a introdução de novos atores na história, as preocupações com as pessoas comuns, suas formas de organização. Ao diferir das antigas concepções e de uma história elitista, visou englobar todos os atores sociais possíveis e suas relações de poder, buscando sua atuação no tempo curto dos eventos, relacionando tanto a abordagem micro quanto a macro (FÉRTIG, 2009, p.276). Para René Rémond (2003, p. 17-18) a história política focava no indivíduo, na superfície, esquecendo-se de buscar suas inter-relações, as causas, os motivos profundos e as consequências, do coletivo, o retorno do acontecimento com paradigmas renovados (FALCON, 1997, p.78).

Estas renovações das propostas teóricas também permitiram uma ampliação do conceito de fontes, destacando as correspondências como importantes fontes para produção do conhecimento histórico, tornando possível desvendar a trama das relações de poder social e familiar, o estabelecimento de redes (LANDÉ, 1977), as negociações, os sujeitos envolvidos, as trocas clientelísticas e estratégias sociais dos indivíduos também dentro das forças armadas.

No âmbito destas renovações metodológicas e da proposição de novos paradigmas, a História Militar também passou por diversas modificações de enfoque. No século XIX, História Militar no Brasil dedicava, inicialmente, estudos que envolviam “memórias pessoais

e trabalhos de viés literário” (CIDADE, 1959 apud CASTRO et al., 2004, p.13) e que, ao longo do século XX, conforme afirmam Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (2004) vai transitar desde uma perspectiva romântica e envolta em patriotismo, passando por outras correntes de pensamento, como marxista Nelson Werneck Sodré.

A partir da década de 1980 ocorreram alterações na História Militar realizadas por historiadores e cientistas políticos, além de brasilianistas que tiveram grande influência nesse processo (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p.15-23). Com isso, a partir da década de 1990, inseridas no contexto de transições trazidas pela volta da democracia no Brasil, também passou a ocorrer uma ampliação das perspectivas e abordagens na História Militar, como as presentes nos trabalhos de Celso Castro, Hendrik Kraay, Peter Beattie, Ricardo Salles, Vitor Izecksohn e Francisco Doratiotto (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p.23-25).

Dessa forma, a História Militar ao renovar-se, segundo Nuno Teixeira (1995) procura se desvencilhar de uma versão tradicional da história-batalha, nas quais os grandes nomes ganham o papel de destaque, mas principalmente “(...) se propõe a voltar suas atenções para o estudo da instituição militar como corpo social, procurando determinar a sua composição, funcionamento e fatores de evolução, enfim, uma história social dos exércitos” (TEIXEIRA, 1995, p. 93). Neste sentido, ela procura relacionar o que antes ficava restrito à caserna ao social, entendendo os militares enquanto sujeitos que representam importantes aspectos da cultura, economia e da política de uma sociedade na qual os indivíduos estão.

Frente a essas colocações, procuramos relacionar a História Militar no âmbito da História Política, pois se insere na globalidade das relações sociais de poder. A compreensão de uma História Política renovada, de acordo com José d’Assunção Barros (2009), passando “a se interessar também pelo ‘poder’ nas suas outras modalidades (que incluem também os micro poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, os poderes exercidos através da palavra e dos discursos, e assim por diante)”(p.6), buscando também um enfoque no social e as representações (FALCON, 1997, p. 79).

É nesta perspectiva de estudos que procuraremos trabalhar com as correspondências do General João Nunes da Silva Tavares, (Joca Tavares) no decorrer da Revolução Federalista de 1892-1895. Tais fontes, entre elas cartas e diários, tornou possível analisar as informações registradas sobre a organização e condições logísticas de seu exército, movimentações, suas ordens, marchas, as condições sociais através de relatos descritivos, as dificuldades que enfrentava, e como pensava estratégias para superar essas dificuldades.

No que diz respeito às cartas, entre elas ativas e passivas com as lideranças federalistas, selecionamos cerca de 300 destas entre os anos de 1893 a 1895 para que possamos ter uma melhor compreensão dessa logística. Entendendo as cartas e diário enquanto escritas de si, a partir destas é possível, segundo Fábio Henrique Lopes (2012), “compreender as práticas culturais de uma época, rastrear muitas das maneiras de viver e de pensar de um determinado recorte temporal (...) passando a ser vistos como documentos valiosos para a compreensão das vidas cotidianas de determinada época (...)”(p.320-321).

A partir destas correspondências, iremos cruzar as informações apresentadas nas correspondências trocadas entre o General Joca Tavares e as lideranças federalistas e a historiografia acerca da Revolução, delimitando espacialmente a região fronteira do sul do Brasil, especialmente a macrorregião da Campanha sul-rio-grandense, temporalmente entre os anos de 1892 a 1895.

Nesse sentido iremos desenvolver a seguir elementos que procuram demonstrar como a fronteira foi apropriada e manejada por este personagem fronteiro para organizar a logística federalista assim como para compreender como ela executada juntamente com outras lideranças do Exército Libertador.

Cabe ressaltar que, no que diz respeito ao termo “Exército Libertador” e sua composição durante a Revolução Federalista de 1893 as quais faremos referência durante este estudo que, no decorrer destas, as forças militares federalistas, eram compostas em grande parte por antigos membros do Partido Liberal e Conservador durante o Império, além de Republicanos dissidentes ao governo de Júlio de Castilhos, vindo a receber, portanto, diversas denominações tais como revolucionárias e libertadoras para os federalistas, ou separatistas e restauradoras para os Castilhistas.

Assim, procuramos neste estudo trabalhar com o termo conforme era utilizado pelo General Tavares em suas correspondências. O nome libertador se devia principalmente pelo fato de que estas forças visavam na visão deste, libertar o estado do Rio Grande do Sul daquilo que segundo ele, consistia em um governo tirano e ilegítimo.

### **Joca Tavares: o estancieiro e a fronteira enquanto elemento de atuação política e militar**

A importância de João Nunes da Silva Tavares (1818-1906), (Joca Tavares) para compreensão da própria Revolução Federalista de 1893-1895, sua vida política e militar,

possibilita a compreender a complexidade das redes de relações de poder na qual era parte e como ele articulou todo seu prestígio para comandar a logística federalista se utilizando da fronteira como trunfo frente aos legalistas.

Durante o Império do Brasil foi chefe político do Partido Conservador na cidade de Bagé. Sua família possuía diversas propriedades rurais, inclusive na República do Uruguai e, enquanto militar, havia participado da Revolução Farroupilha, em 1835, combatendo ao lado das forças imperiais; participado da guerra contra Oribe e Rosas em 1851, e posteriormente da Guerra do Paraguai em 1865 (BISCHOFF, 2004). Com a Proclamação da República, havia abdicado o título de Barão do Itaqui, logo vindo a se manifestar em favor do novo regime que se instaurara em 1889, declarando-se republicano e posteriormente vem a ser um dos fundadores do Partido Federalista em 1892, juntamente com Gaspar Silveira Martins e outras lideranças oposicionistas ao positivista e líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Júlio de Castilhos.

O fato de Joca Tavares estar inserido em um espaço fronteiriço nos remete a seguinte pergunta: Seria o espaço fronteiriço capaz de influenciar suas ações e as decisões do sujeito? Acreditamos que sim, principalmente devido àquilo que Koselleck (2014), no que tange a espacialidade, defende a existência de elementos meta-históricos que influenciam a ação dos homens, “não podemos controlar inteiramente as precondições geográficas e biológicas das histórias humanas” (KOSELLECK, 2014, p.13). Segundo o autor, o espaço pode ser considerado tanto o natural quanto aquele construído pelo homem (KOSELLECK, 2014, p.78-79).

Para compreender a formação de sua experiência neste espaço fronteiriço, pensamos em dois elementos ao longo de sua trajetória que ajudam a entender esse processo. O primeiro diz respeito àquela pode ter sido aprendida com a convivência com seu pai, João da Silva Tavares, pois ainda que as experiências sejam específicas de cada geração, adquiridas ao longo de toda uma existência e de múltiplas maneiras com características próprias em cada indivíduo, nos referimos aqui à experiência de seu pai transmitida como uma herança imaterial no que tange a arte da política e da guerra à gaúcha. Este modelo de combate é conhecido se assemelha à guerrilha, com movimentos rápidos, onde forças em menor número enfrentam forças mais numerosas e melhor organizadas, no entanto evitando oferecer combate direto, procurando extenuar os recursos do inimigo.

O segundo, por outro lado, diz respeito à experiência própria, adquirida pela atuação do indivíduo, principalmente citamos o fato de Joca Tavares ter sido, conforme publicado pelo jornal *A Federação*, nos dias 7 de outubro de 1885 e 20 março de 1886, nomeado Comandante Militar da Fronteira que abrangia as cidades de Bagé a Santana do Livramento em 1885 e 1886 ainda durante o Império. Durante a República, de acordo com Jorge Reis (1911, p.99;103) e pelo jornal *A Federação*, veiculado no dia 16 de novembro de 1889, é novamente nomeado Comandante Militar da Fronteira e Guarnição de Bagé, entre os anos de 1890 e 1891, por determinação do próprio presidente da República, General Deodoro da Fonseca.

Esse espaço de experiência adquirido pelo indivíduo ao longo de sua existência é, portanto, o que move e lhe proporciona base para tomar decisões, desde as mais simples as mais complexas, segundo Koselleck, é onde está contida e conservada uma experiência alheia (KOSELLECK, 2006, p. 309).

A experiência que possui fica clara na carta trocada com Gaspar Silveira Martins em 1893, o General Tavares afirma a este sobre a importância de se conservar próximo da fronteira, principalmente evidenciando seu papel estratégico fundamental. Nesta, Joca Tavares expõe dois motivos, “Há perto de um mês me acho acampado por aqui por dois motivos: 1º, por estar mais perto da fronteira para o recebimento de armas e munições; 2º, para evitar que o inimigo, que está em Bagé, se junte ao de Livramento, Cacequi e São Gabriel” (TAVARES, 2004, p.31). Esta experiência adquirida por Joca Tavares ao longo de sua vida lhe conferia prestígio e o tornava em condições de realizar e comandar operações logísticas no território no qual os federalistas tinham influência conforme iremos tratar a seguir.

Quanto a sua trajetória enquanto estancieiro, de acordo com o que é publicado pelo relatório de Repartições dos Negócios Estrangeiros (SOUZA, 1851), apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império, pelo ministro Paulino José Soares de Souza, em 1851, na qual são apresentadas listas com nomes de brasileiros com propriedades no Uruguai, dentre os quais estava Joca Tavares e seu pai, João da Silva Tavares (1792-1872), Barão do Cerro Alegre, além de outro parente de nome Serafim Tavares, ao todo constando serem 8 léguas de campo como pertencentes à família no departamento de Cerro Largo, situado no norte uruguaio, o qual faz fronteira com o Brasil.

Neste sentido, importante destacar que conforme Jonas Vargas (2007) “em 1860 os brasileiros representavam 11% da população total do Uruguai e ocupavam cerca de 30% do território deste país. Neste sentido, pode-se dizer que, em meados do século, aquela região era praticamente um apêndice econômico dos estancieiros rio-grandenses” (VARGAS, 2007, p.290). Esta era uma situação que se estendia à todos os departamentos do Norte do Uruguai, envolvendo cidades como Cerro Largo, Rivera, Rio Branco, e Tacuarembó. (BARRÁN; NAHUM, 1971, p.125).

Dessa forma, compreender Joca Tavares como estancieiro, político e militar e importância que esses elementos representaram na sua trajetória, remete a necessidade de entender por que ser um estancieiro seria relevante para ele? Para Jonas Vargas, possuir estâncias “fornecia um grande poder e prestígio social às famílias latifundiárias” (VARGAS, 2007, p.304). Para o autor, o fato de se conseguir tornar elite, e manter-se enquanto tal, estava essencialmente ligado a sua “capacidade de mobilizar homens, impor seus projetos aos demais e ter a sua importância enquanto elite regional reconhecida pelo governo central” (VARGAS, 2007, p.304). Para Luís Augusto Farinatti (2010) sustenta que possuir estâncias além de proporcionar ganhos econômicos, era por meio deste que também “ajudavam a sustentar uma política de alianças sociais e a construção de um cabedal militar que, por sua vez, também aportavam recursos à família” (p.32).

Além do que já havia asseverado Maria Medianeira Padoin (1999), ao destacar a relevância estratégica deste espaço que já havia se evidenciado durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), possuir estâncias no outro lado da fronteira, proporcionava aos estancieiros da fronteira, segundo Mariana Thompson Flores (2012), possibilidade de realizar duas estratégias: “salvaguardar gado na estância de um dos lados enquanto no outro lado aconteciam distúrbios (...) e movimentar esse gado de acordo com a situação econômica mais favorável de um lado ou outro para seu negócio” (p. 75).

Conforme apontaram estas autoras, é possível entender a fronteira como um espaço capaz de proporcionar diferentes estratégias, pois segundo esta, existiria a noção de que “do outro lado (...) a fronteira poderia servir como fuga e esconderijo sempre foi sabido pelos fronteiriços e um recurso recorrentemente utilizado” (THOMPSON FLORES, 2012, p.89), principalmente enquanto estratégia utilizada pelas lideranças federalistas Revolução Federalista de 1893.

Com a Revolução Federalista de 1893 este espaço tornou-se mais uma vez fundamental, principalmente no que tange a questão logística de suprimento do Exército Libertador, especialmente por estar a Campanha Rio-grandense inserida no contexto fronteiriço, um espaço que deixa de ser concebido “como uma linha que separa duas regiões, para ser entendido num espaço socialmente construído, de integração e circulação de pessoas, de ideias, de mercadorias” (PADOIN, 1999, p.258).

Se considerarmos a fronteira enquanto algo socialmente construída, compreendida a partir da ação do indivíduo, é nesse sentido que para pensar a atuação de Joca Tavares neste espaço fronteiriço, utilizamos o conceito de “fronteira indivíduo” desenvolvida por Pablo Dobke (2015) para pensar as relações sociais de poder no espaço fronteiriço do Brasil com o Uruguai, segundo o qual,

a “fronteira”, se encontra no próprio sujeito, isto é, o ator, através de suas relações tem a capacidade de ampliar sua malha territorial, mesmo que não esteja pessoalmente em referido território, fazendo de suas relações sociais de poder o principal subsidio na conformação desta (p. 97).

E é a partir dessa definição que entendemos a capacidade de territorialização do espaço que tinha o General Tavares juntamente com a organização política habilmente comandada por lideranças políticas como Gaspar Silveira Martins, de articular e através de suas relações de poder que se estendiam além da fronteira política, obtendo prestígio e conhecimento do espaço geográfico que lhe conferiam autoridade para comandar não apenas o Exército Libertador como também a organização logística cooptando colaboradores e manejando esse sistema não somente no Brasil como também no Estado Oriental (maneira como era chamada a República Oriental do Uruguai) para atender suas necessidades ao longo da Revolução.

Como exemplo da amplitude das redes de relações do General Tavares e da territorialização do poder pelo indivíduo, em carta enviada pelo almirante Saldanha da Gama a este em março de 1895, torna possível entender a extensão da sua influência além dos limites políticos para organizar a arrecadação de suprimentos para o Exército Libertador:

Costa do Quaraí 28 de março de 1895. Exmo. e Prezadíssimo Sr. General João Nunes da Silva Tavares. (...) Já está faltando, porém, o cavalo, esse primordial elemento de guerra nas coxilhas do sul. Remeter cavalos daqui seria correr o risco de uma dupla perda; chegarem lá estropiados e



inservíveis, privando-nos aqui esse elemento, a nós que estamos quase prontos para invadir também. *Já apelei para os amigos de Montevideú. Queira Vossa Excelência fazer o mesmo para os de Cerro Largo e Taquarembó.* Com o prestimoso auxílio de amigos como Galvão Machado, Baltazar Dias, Cândido Bastos, José Francisco de Freitas, Barbosa Netto e muitos outros se poderá conseguir (...) (Assinado) Luís Felipe de Saldanha da Gama (TAVARES, 2004, p. 143 – Grifo nosso).

Tanto de Joca Tavares quanto a Revolução Federalista de 1893 possuem em comum tanto à ligação com o espaço fronteiro quanto o pertencimento a uma região platina. Segundo Ana Luiza Reckziegel (1999), ao trabalhar a respeito das relações entre o Estado brasileiro do Rio Grande do Sul e o Uruguai, principalmente abordando a segunda metade do século XIX, envolvendo o período da Revolução Federalista de 1893-1895, destacou a internacionalidade que esta assumiu, afirmando que “o relacionamento entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai foi estruturado em uma região na qual se reconhece uma identidade comum, se bem que subordinada a Estados distintos” (p. 1).

A região segundo Arturo Taracena Arriola (2008), pode ser compreendida como “um espaço e território com características próprias” que preexiste à organização do Estado Nacional e que pode ser desorganizada por este (p.188). De acordo com este, a região também pode ser entendida como um espaço que geograficamente se estende além das fronteiras políticas, abrangendo um espaço regional do pampa Platino pertencentes ao Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, formando, portanto, ela mesma uma zona de fronteira (ARRIOLA, 2008, p.193).

Ainda segundo Arriola (2008, p. 197), esta se constitui enquanto espaço que não está isolada por limites artificiais, pelo contrário, está em contato por meio de diversos elementos, desde comerciais, políticos econômicos, sociais ou mesmo culturais, portanto, constantemente “sujeita ao tempo e a capacidade de territorialização das elites regionais e dos grupos sociais dominantes, assim como a dos efeitos provocados pelos movimentos de população e por lógicas particulares nascidas de processos econômicos internos” (ARRIOLA, 2008, p.193).

No que diz respeito ao território que compõe uma região, Arriola (2008) defende que este não precisa ser homogêneo, pois sua formação depende muito mais do que ele define a “territorialidade” como elemento fundamental para sua demarcação, ou seja, seria a “forma de se apropriar dele – como operaram e operam sobre ele seus habitantes e os atores sociais coletivos internos e externos”. (ARRIOLA, 2008, p.189).

Neste sentido, para melhor compreender essa atuação do indivíduo na fronteira meridional do Brasil, também nos é útil o conceito de “fronteira manejada” desenvolvida por Mariana Thompson Flores (2012). Segundo a autora, a fronteira passa a ser pensada a partir das experiências pessoais e grupais dos habitantes deste espaço, constituindo-se enquanto espaço dinâmico, podendo ter diversos significados para diferentes agentes, que a partir de suas condições sociais, construíam estratégias para manejar com ela no seu cotidiano (FARINATTI; THOMPSON FLORES, 2009, p.68).

Para tal compreender de que maneira poderia ocorrer este manejo, partimos do entendimento de que o indivíduo que é parte desse espaço fronteiriço, ainda que desconsidere a existência de limites em suas relações pessoais e na territorialização que realize deste espaço, para realizar negócios oficialmente, por exemplo, ou transportar gado de maneira lícita, necessitaria observar as regras aduaneiras e os impostos deste espaço.

Conforme afirma Pablo Dobke (2015) em sua dissertação de mestrado, a ideia de que um comandante militar tanto uruguaio ou brasileiro não poderia atuar oficialmente investido de seu cargo e autoridade conferida pelo Estado, ostentando a bandeira de seu país de um lado ou outro da fronteira sem que pudesse causar incidentes diplomáticos ou retaliações. Durante a Revolução, não haveria necessidade de respeitar estes limites, pois seu território de atuação e influência ultrapassavam estes limites, de modo que a fronteira passou a manejada de uma forma diferente, para burlar a perseguição legalista e organizar estratégias de combate que deram fôlego aos federalistas. Devido a este entendimento, a necessidade de manejo do espaço fronteiriço ocorreu de acordo com a situação e o interesse do sujeito nos parece ser uma variável pertinente para o caso que detemos nosso estudo.

O manejo desta fronteira por Joca Tavares torna-se evidente a partir das correspondências e diário, demonstrando possuir conhecimento das leis tanto do Brasil quanto do Uruguai e que se utilizou desse elemento para comandar as ações do Exército Libertador Federalista. Essa evidência pode ser analisada a partir de seu diário, no dia 3 de agosto de 1893, quando narra uma tentativa de prisão arbitrária pelas autoridades orientais, quando um suposto agente de polícia do Departamento de Cerro Largo chegou pela noite, a mando de seu chefe político Gumerindo Collazo, o qual havia descoberto onde Joca estava de repouso devido à doença causada por uma bronquite, este deu-lhe voz de prisão e que deveria seguir-lhe a qualquer custo. Diante desta situação, o General Tavares ao realizar algumas considerações ao policial, e “chegou a dizer que não conhecia na Constituição daquela

República artigo que autorizasse tamanha arbitrariedade, que o mais que podiam fazer era intimá-lo e não prender, que não era nenhum criminoso” (TAVARES, 2003, p.46). O diário segue narrando que o General Tavares e o anfitrião da casa onde estava, conseguiram enganar o dito policial para que este escapasse às escondidas.

Assim, compreendemos que a maneira como Joca Tavares sabia e poderia como manejar esta fronteira, o qual poderia ser desde se utilizar dessa fronteira para escapar do inimigo, organizar e comandar as invasões, utilizando-se dessa fronteira estrategicamente, manejando da linha divisória de acordo com as necessidades de seus interesses enquanto indivíduo, sendo não apenas fundamental para pensar a organização do Exército Libertador ou Federalista, mas podendo ser atrelada enquanto característica da Revolução Federalista de 1893-1895 e com a própria sobrevivência do conflito.

### **A fronteira, os chefes federalistas e a logística durante a Revolução Federalista de 1893-1895**

A utilização estratégica da fronteira, manejando-a para organizar a logística federalista partindo de diversas localidades do Uruguai e a própria localização das forças do Exército Libertador em atuação na Campanha sul-rio-grandense, ora estavam em solo brasileiro, ora na República do Uruguai. Neste sentido iremos demonstrar a seguir as evidências de que as lideranças federalistas se utilizaram de antigas rotas de contrabando na fronteira com o Uruguai para organizar seu sistema logístico articulando diversas localidades.

Nas cartas de Joca Tavares existe a referência de planos dos federalistas de se tomar diversas cidades da fronteira, entre elas Bagé e Uruguaiana, cidades da fronteira do Rio Grande do Sul, como fica evidenciado principalmente numa carta enviada por Gaspar Silveira Martins e ao Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama por Joca, revelando a necessidade de toma-las dos legalistas ao mesmo tempo em que destacam a importância do suprimento vindo da fronteira Oeste, fato que levou inclusive ao cerco empreendido pelos federalistas à Santana do Livramento (FLORES; FLORES, 1999, p.43-46).

A ideia seria que, depois de vencidas as forças que defendiam estas cidades com a finalidade de conseguir vantagem moral, afirmando que isso ajudaria a conquistar um dos objetivos “que deverá ser Dom Pedrito e Bagé ou mesmo Uruguaiana” (TAVARES, 2004, p.154-155). Sobre o cerco de Santana do Livramento estaria sob o comando do Coronel David

Martins (TAVARES, 2004, p.20) e de outros chefes federalistas, durou pouco tempo e não surtiu efeito frente à possibilidade de socorro das forças legalistas à cidade com força superior às suas (FLORES; FLORES, 1999, p.45).

Dentro do contexto intervenção do governo legalista Castilhistas e de Floriano Peixoto junto ao governo de Montevideu, no sentido de agir para coibir o contrabando de armas e munições pela rota terrestre que compreendia o porto de Montevideu em direção à fronteira com o Brasil, a autora Ana Luiza Reckziegel (1999) nos informa que, além de exigir neutralidade deste governo quanto ao apoio velado que oferecia aos federalistas, dará ao conflito proporções internacionais (p.154-155).

Essa pressão de coibir o contrabando era também no sentido de evitar que os federalistas se escondessem em território do Estado Oriental e o utilizassem como espaço de manobra para suas ações militares. É a partir deste contexto que surge a importância estratégica de Uruguaiana (THOMPSON FLORES, 2012, p.144) enquanto antiga e importante rota comercial e de contrabando por meio de seu porto fluvial principalmente na segunda metade do século XIX, tornou-se uma importante alternativa para os federalistas trazer armamento contrabandeado de Buenos Aires (local onde se encontrava estava Gaspar Silveira Martins após ser obrigado a fugir de Montevideu). Segundo Thompson Flores (2012),

entrar pelo Rio da Prata, pelos portos de Montevideu ou Buenos Aires, e seguir por uma rota fluvial evidente rio acima até encontrar o Rio Uruguai e descarregar nos portos fluviais de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, ou ser descarregada um pouco antes e seguir por terra, em carretas, sendo introduzida pelas fronteiras secas com o Estado Oriental (p.139).

Sobre este trajeto as cartas do General Tavares comprovam esses vínculos e caminhos, principalmente por meio das correspondências trocadas com diversos federalistas residentes do Uruguai, em sua maioria estancieiros e articuladores dessa operação logística. Entre estes, temos: Gaspar Silveira Martins, Rafael Cabeda e o Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, além de estancieiros como Alexandre Collares, Galvão Machado Leal, Candido Tavares Bastos. Entre as cidades citadas tem-se Montevideu, Rivera, Salto e Paisandú, todas na República do Uruguai, além da região da Barra do Quaraí e as cidades de Santana do Livramento e Uruguaiana no Brasil.

Como um dos exemplos, temos a carta entre Joca Tavares e Gaspar Silveira Martins estando em Montevideu, declara em março de 1893 “sou obrigado a seguir para Salto, a ver se

uma vez por todas, posso fazer transportar o armamento que já tenho embarcado. Seu Amigo Obrigadíssimo” (TAVARES, 2004, p.22).

Em outra correspondência à Joca Tavares, Gaspar Silveira Martins, dessa vez estando em Salto em agosto de 1893, oferece outra pista importante ao afirmar que “(...) o armamento que está pronto a seguir em um dia a Barra de Quaraí, já que a enchente do Uruguai, afinal, nos favorece” (TAVARES, 2004, p.49). Dessa forma, ao seguir pela fronteira oeste, passando por Salto, o suprimento deveria seguir para Quaraí, ao que tudo indica por via fluvial, e assim chegar ao seu destino.

Outra maneira utilizada para o envio de suprimentos às forças federalistas, ocorria por via férrea, inclusive indicando os caminhos utilizados para suprir suas forças através das estradas de ferro uruguaias. Joseph Love (1975) ao tratar das rotas ferroviárias entre o Uruguai e o Brasil, descreve a existência no ano de 1890, de uma “via férrea uruguiaia, juntamente através do Rio Quaraí, na altura de Bella Unión, ligava Itaqui e Uruguaiana com Montevideú (...) Além disso, um ano depois, foi terminada uma ligação entre Montevideú a Rivera”(p.18).

No entanto as evidências apontam para o fato de que o transporte por via férrea não ser seguro o suficiente, de modo que os federalistas preferiam utilizar carroças para tal, tendo em vista se tratar de uma operação sigilosa que poderia ser apreendida por autoridades uruguaias. A escolha por carroças se dava, principalmente, por estas poderem realizar o suprimento na calada da noite e em locais mais seguros, chamando menos a atenção, conforme alertou em carta Gaspar Silveira Martins à Joca Tavares em abril de 1893, dizendo “haver o governo ordenado a revista de todos os volumes do caminho de ferro para ver se iam armas” (TAVARES, 2004, p.30). Esta carta, além de demonstrar que muitos dos suprimentos, tais como armas e munições, eram enviados por trem, vindo de Montevideú em direção à fronteira do Rio Grande do Sul, também indica que este espaço não lhes era sempre favorável, mas apresentava também seus riscos e necessitava de constante negociação. Essa negociação fica evidente na carta enviada por Silveira Martins a Joca Tavares, em 26 de setembro de 1893, na qual este afirma que ao depositar munições e armamentos de Montevideú embarcada no trem devendo chegar a fronteira com o Brasil, no entanto deixa uma ressalva de que “se a canalha do governo (Uruguai), que se comprometeu a levá-los, não fizer como fez com as armas que vendeu e depois apreendeu-as para que as salvássemos a peso de sacrifício” (TAVARES, 2004, p.57).

As correspondências apresentam também outra localidade da qual eram fornecidos suprimentos, a cidade de Paisandú no Uruguai, de onde em 1895, em carta o federalista Alexandre Collares, endereçada ao General Tavares, diz que “sinto imensamente não poder servir o velho amigo com os cavalos que me pede, faz 18 dias que por aqui andou um enviado do Almirante Saldanha pedindo-nos também recursos de cavalos” (TAVARES, 2004, p.237). Esta cidade fronteiriça com a Argentina fica relativamente distante da fronteira brasileira, no entanto fica no caminho das mercadorias que vinham de dos portos de Montevideú ou Buenos Aires, às margens do Rio Uruguai, além de evidenciar a extensão das relações que possuía Joca Tavares e que estavam mobilizadas em favor da Revolução naquele local estratégico.

As evidencias indicam que os líderes federalistas, principalmente Joca Tavares, não apenas conheciam caminhos utilizados por contrabandistas e pelo comércio legal do Uruguai ao longo do século XIX, como também as utilizaram para gerir a logística que supriu o Exército Libertador, utilizando-se para tal, do espaço de experiência construído pelos indivíduos ao longo de suas trajetórias, muitos deles comerciantes, estancieiros e veteranos de campanhas militares ao longo do século XIX contribuindo para que estes territorializassem uma região da qual se utilizaram durante a Revolução Federalista de 1893.

Estes elementos nos permitem entender esses personagens como transfronteiriços, pois conforme Thompson Flores (2012) durante o século XIX, a fronteira não pode ser pensada como não sendo um dado fixo, “mas algo instável, dinâmico e sempre disputado, podendo ser constantemente ressignificado, assumindo diferentes sentidos para os diversos atores sociais em diversos contextos” (GRIMSON, 2003 apud THOMPSON, 2012, p. 65) e caracterizando-se como um espaço no qual o indivíduo desenvolvia táticas para sobreviver nesse espaço (THOMPSON FLORES, 2012, p.70).

O domínio deste espaço fronteiriço e o prestígio do General Tavares deixa claro o papel de mediador exercido por este. De acordo com Jonas Vargas (2013) os mediadores,

eram pessoas que possuíam características diferenciadas dentre da sua ‘aldeia’ e que, por conta disso, vinculavam a sua comunidade como o mundo exterior, defendendo interesses ligados à sua facção, mas que indiretamente, beneficiavam outras famílias da localidade. O mediador possuía as chaves de acesso aos poderosos do centro decisório de um sistema maior e o poder de realizar esta conexão transformava-o num potentado local e/ou regional. Os mediadores estão presentes em todas as sociedades agrárias (p.26).

Assim, a mediação exercida por Joca Tavares evidencia-se uma vez que as correspondências ou eram enviadas e ele ou solicitavam sua ação, de qualquer forma estava sempre inteirado de tudo que se passava, permitindo entendê-lo como alguém que interligava os interesses dos chefes federalistas menores e dos colaboradores civis aos gerais e aos chefes políticos.

### **Considerações finais**

Dessa forma, buscando dedicar novos enfoques para as investigações sobre a Revolução Federalista de 1893-1895, utilizamo-nos de correspondências pessoais, procuramos analisar e compreender a importância da trajetória do General Joca Tavares enquanto um estancieiro, militar, político, destacando o quanto essa trajetória permite entender como foi construída sua experiência e prestígio, assim como entender o quanto estes elementos foram fundamentais para sua mediação para comandar o sistema logístico federalista juntamente com outros líderes.

Procuramos destacar por meio das cartas e telégrafos, sua atuação enquanto mediador, e o quanto esta mobilizou ampla rede de relações na região fronteira Sul-rio-grandense, demonstrando a territorialização do espaço pelos indivíduos para organizar e distribuir o suprimento entre as forças em operação no Rio Grande do Sul, durante esta Guerra Civil, um dos mais sangrentos conflitos que assolaram o Brasil no período de consolidação da República no pós 1889. Por fim, destacamos que sua atuação requeria um manejo do espaço fronteiro, de modo que poderia ser entendido também como um fronteiro que transitava sobre a fronteira e nela estabelecia o território no qual atuava de acordo com seus, esquivando-se das perseguições permitindo utilizar em favor do Exército Libertador as leis que tutelavam a peculiaridade dos limites entre o Brasil e o Uruguai para que a Revolução conseguisse sobreviver diante das dificuldades com que enfrentou o governo de Júlio de Castilhos.

## Referências

- ANDRADE, Gustavo F. A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira. *Dissertação* (Mestrado em História). Santa Maria: UFSM, 2017.
- ARRIOLA, A. T. Propuesta de definición histórica para región. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, Ciudad de Mexico, n. 35, p. 181-204, jan./jun. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.org.mx/pdf/ehmcm/n35/n35a6.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.
- BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. *História Rural del Uruguay Moderno(1851-1885)*. Tomo I, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1971.
- BARROS, José d'Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, micropoderes, do discurso e do imaginário político. *Educere et Educare*, n.º. 4, v. 1, 1 sem./2009.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BISCHOFF, Alvaro W. João Nunes da Silva Tavares. In: TAVARES, João Nunes da Silva. *Diário da Revolução Federalista de 1893*. Organização: Corálio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seeling. Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo II. p. 9-11.
- CIDADE, Francisco de Paula. Síntese de três séculos de literatura militar brasileira. Rio de Janeiro: Estabelecimento Gráfico General Gustavo Cordeiro de Faria, 1959. *Apud* CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- DOBKE, Pablo Rodrigues. Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteira entre Brasil e Uruguai (1896-1904). *Dissertação* (Mestrado em História) Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/ppgh/images/MESTRADO/dissertacoes/turma%20de%202013/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Pablo%20Rodrigues%20Dobke%20-%202015.pdf>>. Acesso em 29 set. 2015.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOS, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.61-90.
- FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.
- FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.



FÉRTIG, André. A História política: da história tradicional à história renovada. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, PPG em História/UFMT, v.2, n.2, jul./dez. 2009.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

FLORES, Moacyr. 1893-95: O imaginário da República no Rio Grande do Sul. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Org.) *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: FURG, 1993, p. 95-102.

GRIMSON, Alejandro. La Nación en sus límites: contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003. Apud THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Crimes na Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2012.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUCRJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUCRJ, 2014.

LANDÉ, Carl H. A base diádica do clientelismo. In: SCHIMIDT, S.W. et. al. (eds.). *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of California Press, 1977.

LOPES, Fábio Henrique. Fontes Históricas: desafios, propostas e debates. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n.10, p.315-322, dez.2012.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PADOIN, Maria Medianeira. *O Federalismo no espaço fronteiro platino. A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 1999.

RECKZIEGEL, Ana Luiza. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

REIS, Jorge. *Apontamentos Históricos e Estatísticos de Bagé*. Bagé: Tipografia do Jornal Correio do Povo, 1911.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2003.

SOUZA, P. J. S. de. *Relatório de Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de*

*Estado Paulino José Soares de Souza*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851.

SOUZA, Susana Bleil de. A Fronteira na Revolução de 1893. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura. *Coleção Cadernos Ponto e Vírgula*, n. 3, p. 25-34, 1993.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. A História Militar e a Historiografia Contemporânea. *A Defesa Nacional*. n. 768, abr.-maio-jun., p. 83-96, 1995,

TAVARES, João Nunes da Silva. *Diário da Revolução Federalista de 1893*. Organização: Corálio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seeling. Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo II.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Crimes na Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2012.

VARGAS, J. M. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889)*. 2007. 276 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional

Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 07 out. 1885, p.2.

Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 20 mar. 1886, p.2.

Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 16 nov. 1889, p.1.